

sua vida ao trabalho pela sociedade, cujo cabelo embranqueceu dentro de uma viatura policial, cuja saúde foi entregue para o serviço público esse não tinha aumento. Esse era posto de lado, como se fosse um estorvo.

Conseguimos reverter essa situação. Não posso deixar de dizer que o comandante geral, coronel Camilo, também esteve nessa luta o tempo todo. Conseguimos acabar com o ALE; conseguimos ter do governador de São Paulo a palavra de que o aumento que viria para esta Casa era linear, atendida à pensionista, ao aposentado e ao pessoal da ativa. Foi uma conquista depois de uma guerra, de uma luta que chegou a momentos muito difíceis. A pensionista com seu salário deteriorado, pois recebia 75% e tinha de ganhar na Justiça.

Não é assim que se trata a Polícia. O gado é diferente, a gente marca, fere e tange como diz a música, mas com gente é diferente.

Não era assim que era interpretado, e neste último momento o aumento foi a partir de 1º de julho a 1º de setembro e somando os dois temos 27.7% de aumento. É muito pouco diante do trabalho que é realizado pela melhor e maior polícia do Brasil, a polícia de São Paulo. A polícia que o povo de São Paulo pode se orgulhar, porque aqui não existem locais como os morros do Rio de Janeiro, onde há 10 anos a polícia não subia. Aqui, nos 645 municípios paulistas, não tem nenhum espaço que a polícia não vá. A polícia não frequentava a USP por convênio e por acordo, mas sempre que necessário se fazia presente. Agora a polícia está naquele local que possui 85 mil alunos, 5.800 professores e é do tamanho de mil campos de futebol. A Polícia Militar instalando nesta semana sua Base Móvel na USP, onde o policial estará 24 horas.

Notamos que o movimento que ocorreu na USP foi diferente, pois antigamente nessa universidade os alunos lutavam pela democratização e o fim da ditadura militar. Hoje eles lutam pelo direito de fumar maconha no campus. Não se fazem mais revolucionários como antigamente e isso é contraditório porque se nós pagamos os 240 cursos é para que os alunos estudem. Vimos que nesse movimento havia pessoas infiltradas. Dos 72 alunos que foram levados à delegacia, 19 não tinham nenhuma ligação com a USP. Eram estudantes que vieram da Paraíba e agitadores do Chile.

As famílias estão do lado da Polícia Militar, do lado do bem. Um pai que foi revolucionário, foi preso e lutou pela democratização e viu seu filho na 91ª Delegacia disse: "Passada essa confusão, não te sustento mais." Antigamente se lutava pelo País e hoje se luta pelo direito de fumar maconha dentro do campus, o que é realmente vergonhoso. Nós pagamos aqueles cursos cujo orçamento anual é de 3,5 bilhões de reais, e creio que não pagamos para que sejam criados "filhotes" de Fernando Henrique Cardoso e aprendizes de PCC que tapam o rosto para cometer vandalismo.

A Polícia Militar esteve lá comandada pelo coronel Maria com 400 homens e mulheres bem treinados. Não dispararam tiros e bombas e com isso evitou-se que os coquetéis molotovs, arma fabricada artesanalmente com uma garrafa cheia de gasolina, que estavam em poder dos alunos, fossem usados. Graças à eficiência e competência da Polícia Militar de São Paulo, que compareceu com a Cavalaria, Batalhão de Choque e batalhões de área, mostrou-se que não é preciso fazer o uso da violência. Hoje em dia não há o que falar da Polícia Militar porque ela é cidadã, comunitária, está ao lado do povo e cada vez mais se aproxima do mesmo. Essa é a Polícia Militar de São Paulo, a melhor do Brasil.

Não é a mais bem paga, mas precisa ser a mais bem paga porque é a mais eficiente do Brasil.

Por tudo isso, estamos cumprimentando a nossa Polícia Militar e comunicamos que teremos aqui, no próximo dia 02, uma Sessão Solene, que terei orgulho em presidi-la. Contamos com a presença do Major Olímpio para homenagear esses 100 mil homens que nos defendem orgulhosamente com o sacrifício da própria vida. Porque alguns policiais morrem no exercício da profissão, o que lamentamos, pois eles morreram por alguém que não sabiam nem quem era, mas um dia eles juraram defender a sociedade. É a profissão que escolheram. Parabéns Polícia Militar de São Paulo!

O SR. EDSON FERRARINI - PTB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - OLÍMPIO GOMES - PDT - Sras. Deputadas, Sr. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convida V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra-os ainda da Sessão Solene de segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de homenagear a Universidade Católica de Santos - UniSantos, da cidade de Santos, pelo seu 60º aniversário, solicitação feita pela Deputada Telma de Souza.

Está levantada a sessão.
* * *
- Levanta-se a sessão às 15 horas e 11 minutos.
* * *

21 DE NOVEMBRO DE 2011 139ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e ITAMAR BORGES
Secretário: OLÍMPIO GOMES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

001 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

002 - CARLOS GIANNAZI

Informa que, no Brasil, 62 juízes estão sendo investigados pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Recorda entrevista da corregedoria Eliana Calmon sobre a corrupção no Judiciário. Menciona haver tentado CPI com o intuito de investigar o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Considera insuficiente a quantia destinada ao Judiciário no Orçamento do ano passado. Pede melhorias nas condições de trabalho dos servidores do Poder. Recorda greve realizada pela categoria no ano passado.

003 - OLÍMPIO GOMES

Informa que policiais civis aposentados ainda não receberam o reajuste salarial votado nesta Casa. Combate o argumento, apresentado pelo Governo, quanto ao tema. Crítica a retirada dos supedâneos (bases policiais móveis) da Avenida Paulista. Recorda denúncia realizada junto ao Ministério Público sobre a ocupação inadequada de policiais por Parlamentares deste Legislativo.

004 - ITAMAR BORGES

Assume a Presidência.

005 - JOOJI HATO

Lamenta o assassinato de Carlos Eduardo Mendes de Jesus, filho do coreógrafo Carlinhos de Jesus, morto nesse final de semana, no Rio de Janeiro. Recorda conversa com o político Anthony Garotinho. Faz menção a crimes ocorridos no Estado de São Paulo. Pede por política de tolerância zero contra a violência.

006 - ENIO TATTO

Menciona reportagem do jornal "Folha de S. Paulo" sobre determinação judicial que afastou o presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, e paralisou as obras da linha 5. Combate a maneira como foi realizada a licitação para as obras da referida linha. Atribui ao Governador o prejuízo sofrido pela população com a paralisação das obras.

007 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

008 - ORLANDO MORANDO

Afirma que a população de São Paulo é contrária à paralisação das obras do Metrô. Recorda problemas do Governo Lula com aeroportos. Defende a conduta do presidente do Metrô como homem público. Faz menção ao número de ministros afastados no Governo da Presidente Dilma Rousseff. Destaca a excelência do trabalho realizado pelo Metrô de São Paulo.

009 - ENIO TATTO

Para reclamação, defende a chegada do Metrô à zona Sul da Capital. Destaca o caráter apartidário do Ministério Público e do Judiciário. Afirma que o Deputado Orlando Morando não entrou no mérito da licitação, motivo maior das críticas do PT às obras da linha 5 do Metrô. Lembra problemas ocorridos durante a construção da linha 4 do sistema.

010 - ORLANDO MORANDO

Para reclamação, defende o presidente do Metrô, Sérgio Avelleda, quanto à assinatura de contratos da linha 5. Faz esclarecimentos quanto ao trâmite da ação judicial que determinou a paralisação da obra. Lamenta os prejuízos que a medida deve causar ao Estado de São Paulo. Questiona as denúncias realizadas pelo jornal "Folha de S. Paulo". Defende a postura do Governador Geraldo Alckmin quanto ao tema.

011 - CARLOS GIANNAZI

Lamenta a suspensão das obras do Metrô na zona Sul da Capital. Destaca a necessidade de investimentos em transporte público. Cita bairros que necessitam da chegada do Metrô. Afirma que as denúncias de superfaturamento dessas obras devem ser investigadas.

012 - ENIO TATTO

Para reclamação, lamenta a paralisação das obras do Metrô. Recorda problemas ocorridos durante a construção da linha 4. Defende o investimento em transporte coletivo pelo Executivo Estadual. Afirma que, em maio, a bancada do PT entrou com representação pedindo a investigação do tema. Questiona a maneira como foi realizada a licitação das obras.

013 - ORLANDO MORANDO

Para comunicação, destaca o número de pessoas transportadas diariamente pela Linha 4 do Metrô. Posiciona-se contrariamente à paralisação das obras, que considerou danosa à população de São Paulo. Questiona a decisão do MP sobre o tema.

014 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, exige a revogação da Resolução 44/11, que fragmenta as férias de professores da rede Estadual de ensino em duas quinzenas, em janeiro e em julho. Lembra que as férias de 30 dias, a serem desfrutadas integralmente em janeiro, é um direito garantido pela Constituição Federal. Apela ao Secretário Estadual de Educação que reveja a questão. Comenta os baixos salários e as precárias condições de trabalho do Magistério, além da falta de estrutura humana e material. Lamenta o reajuste, parcelado em quatro anos, concedido à categoria.

015 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, dá continuidade à defesa de melhores salários aos professores. Tece comentários sobre a instituição de jornada extraclasses, cuja meta nacional é de 33% para este fim, por determinação do STF. Explica que, em São Paulo, professores passam 17% da carga horária em atividade fora da sala de aula. Acusa o Governador Geraldo Alckmin e os ex-Governadores José Serra e Alberto Goldman de descumprirem a lei. Reivindica a revisão da jornada de trabalho de professores, adequando-a, para que estes não precisem acumular empregos. Faz críticas às gestões do PSDB.

016 - CARLOS GIANNAZI

Requer o levantamento da sessão, com assentimento das lideranças.

017 - Presidente JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/11, à hora regimental, com ordem do dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Olímpio Gomes para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - OLÍMPIO GOMES - PDT - Proceda à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, deputado major Olímpio, telespectador da TV Alesp, inicialmente gostaria de comentar a informação de 62 juízes no Brasil estão sendo investigados pela corregedoria do conselho nacional de Justiça. Essas investigações se referem ao enriquecimento ilícito desses juízes e também a venda de sentenças, que é uma denúncia decorrente no nosso país em relação ao Poder Judiciário. Não foi à toa que a corregedoria Eliana Calmon recentemente fez um pronunciamento extremamente polêmico, mas importante, porque ela mexeu na ferida do Poder Judiciário, que não é controlado pela sociedade. O fato é que ela falou dos "bandidos de toga". Queremos que haja uma profunda investigação em relação não só a esses casos, mas a outros casos envolvendo também o Poder Judiciário.

Não podemos deixar de lembrar - quando nós acompanhamos esse tipo de investigação - que aqui na Assembleia Legislativa, no ano passado, nós propusemos exatamente uma CPI para investigar o Poder Judiciário, para investigar o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Conseguimos as 32 assinaturas, e V. Exa., Sr. Presidente, não estava aqui ainda, era vereador na Câmara municipal. O Deputado Major Olímpio foi um dos primeiros a assinar, participou da luta em defesa dos servidores do Judiciário.

No entanto, a nossa CPI foi boicotada, foi sabotada aqui na Assembleia Legislativa, mesmo com as 32 assinaturas necessárias. Forças que são aliadas logicamente a esse setor do Judiciário se movimentaram para sabotar a nossa CPI.

Temos uma grande crise no Poder Judiciário, principalmente aqui em São Paulo. Essa crise é agravada ainda mais com os cortes orçamentários. O último corte, feito pelo Governador Geraldo Alckmin, em relação ao orçamento de 2012, foi um corte criminoso, de 50% do orçamento enviado para o Palácio dos Bandeirantes. O Governador praticamente cortou seis bilhões de reais do Poder Judiciário.

Com isso continuaremos com os nossos fóruns sucateados em todo o Estado de São Paulo, funcionando muitas vezes sem alvará de funcionamento, sem as condições mínimas de segurança, chegando ao ponto de um exemplo que nós mostramos aqui no telão da Assembleia Legislativa, do Fórum da Lapa, onde audiências são realizadas na calçada, por falta de acessibilidade.

Portanto, faz-se urgente, primeiro, a recomposição do orçamento do Judiciário. Todo o nosso apoio ao Conselho Nacional de Justiça, que tem que ser, cada vez mais, fortalecido no País. O Poder Judiciário tem que ser controlado também pela sociedade, não pode ser um poder sem controle, não pode ser uma caixa-preta. Temos que controlar inclusive o orçamento. Nós aqui na Assembleia Legislativa aprovamos o orçamento do Judiciário, mas não controlamos, não fiscalizamos o orçamento do Poder Judiciário.

Enquanto isso, nossos fóruns estão abandonados, estão numa verdadeira penúria, como disse o próprio Presidente do STF, Cezar Peluzo. Os nossos mais de 40 mil servidores do Judiciário trabalham em condições extremamente precárias, com um dos piores salários da Federação, do ponto de vista do Poder Judiciário. São servidores que trabalham por 10 ou por 15, porque faltam servidores. Não há realização de concursos públicos e nem a contratação de servidores para repor o quadro que vem se aposentando, ou mesmo saindo, porque os servidores do Judiciário ganham tão mal no Estado de São Paulo que muitos prestam concursos em outras instituições e saem na primeira oportunidade, sem contar as condições precárias de trabalho, as denúncias que fizemos aqui, que nós recebemos na Assembleia Legislativa, de assédio moral e até de assédio sexual contra servidoras do Poder Judiciário.

É dentro desse diapasão que vamos continuar pressionando a Assembleia para recompor o orçamento do Judiciário. Queremos que o Judiciário tenha os 13,2 bilhões de reais, que foi o orçamento enviado para o Palácio dos Bandeirantes. E o Governador Geraldo Alckmin fez um corte criminoso.

Vamos continuar também pressionando o Tribunal de Justiça para que invista na modernização e melhoria dos nossos fóruns, mas, sobretudo na melhoria salarial e das condições de trabalho dos nossos mais de 40 mil servidores do Poder Judiciário. Assim nós beneficiaremos toda a população. Vamos beneficiar os 42 milhões de habitantes, porque o Tribunal de Justiça tem uma dívida histórica com os servidores, principalmente com os acordos assinados na greve do ano passado, na heroica e democrática greve do ano passado, que mostrou para a sociedade o que está acontecendo no Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Aquela greve também foi importante por isso. Mas o Tribunal de Justiça não cumpriu ainda os acordos assinados naquela ocasião.

Diante disso, reafirmamos o nosso apoio ao Conselho Nacional de Justiça e a todas as investigações em curso hoje no Brasil. Também vamos continuar cobrando o Governador Geraldo Alckmin e a Assembleia Legislativa para que o Orçamento do Poder Judiciário seja reconstituído, os acordos firmados com os servidores na greve do ano passado sejam cumpridos e os reajustes salariais sejam também oferecidos aos nossos servidores, que são vítimas também de um verdadeiro processo de arrocho salarial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Vinholi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Olímpio Gomes.

O SR. OLÍMPIO GOMES - PDT - Sr. Presidente, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, cidadãos que nos acompanham pela TV Assembleia, na sexta-feira já me manifestei no plenário pedindo providências urgentes à SPPrev - São Paulo Previdência - em função do não recebimento de reajustes salariais por parte de policiais civis da folha suplementar que foi paga no último dia 18, sexta-feira. Hoje, em contato com a Associação dos Oficiais da Polícia Militar, também tomei contato com holerites de oficiais. Devem também existir centenas, para não dizer milhares de praças reformados e pensionistas cujos holerites vieram zerados, sem valor nenhum de reajuste salarial. Isso é um absurdo.

Está aí o nobre Deputado Enio Tatto, líder do PT, o nobre Deputado Carlos Giannazi, líder do PSOL, parlamentares que procuraram até o último instante esticar a corda tentando ver alguma coisa melhor para a família policial. Na hora de pagar, centenas e centenas de aposentados não estão recebendo seus reajustes, Deputado Enio Tatto. Foi passada a informação ao Sindicato dos Investigadores de Polícia pela SPPrev que o aumento não contemplava policiais que passaram para a inatividade antes de 2008, antes da edição da SPPrev. Isso é um absurdo tão grande, não tem em nenhum item, nenhum artigo do que foi votado nesta Casa. O tempo todo, V. Exas. se lembram muito bem, o próprio Governo batia no peito dizendo "estamos fazendo um reajuste linear, é 15% no padrão, mas é linear, extensivo aos inativos e pensionistas."

Regimentalmente solicito à Assembleia Legislativa que interceda, também faremos isso, já estamos fazendo com a SPPrev e todo o sistema de pagamento do Estado porque não cabe interpretação do que foi votado em relação ao reajuste ser extensivo a todos, ativos, inativos e pensionistas. Uma coisa é clara. Centenas - para não dizer milhares - de policiais e pensionistas já não receberam seus reajustes. É necessário fazer uma nova folha suplementar. Não dá para esperar o mês que vem porque os gastos, principalmente dos inativos e pensionistas que já pela idade são cometidos por sequelas, por doenças, e precisam dos recursos para remédios, para custear a vida. Eles não podem ficar esperando.

Gostaria também de me solidarizar com a comunidade de comércio e moradores da região da Av. Paulista contra a retirada de estrutura de policiamento ostensivo. Há pouco, no Rádio Jovem Pan, dizia que os comerciantes e moradores estão desesperados. Há alguns anos, a Polícia Militar colocou, em parceria com a comunidade da região da Paulista, os chamados supedâneos, que são estruturas de fibra com as inscrições da Polícia Militar e telefone de emergência. O policial fica num plano mais elevado que os transeuntes e, com isso, ele é mais visto e vê mais.

No princípio, eu tinha até restrições técnicas contra o supedâneo, pela exposição e o risco maior que corre o policial, mas, sem dúvida alguma, o policial consegue ver mais e consegue ser visto. Agora, retiraram todos os supedâneos da região sob a argumentação de falta de policiais.

Na quinta-feira, estive na região do Morumbi e a população continua a ser assolada por uma onda de criminalidade. Seguranças privados são mortos nas ruas, pessoas viram reféns. Enquanto houve a crise maior divulgada pela mídia, colocando policiamento na chamada Operação Colina Verde. Quando a mídia parou de veicular notícia, retiraram a estrutura, e o povo ficou à mão.

Vemos essa falta de policiamento gerada pela inconstância do então Governador José Serra, que, no primeiro dia de administração, assinou a suspensão dos editais de todos os concursos públicos. Em um ano e nove meses, nenhum edital de concurso público para Polícia Civil ou Polícia Militar foi feito. Deu esse buraco, essa grande falta de efetivo que estamos sentindo agora.

Enquanto falta efetivo, aqui, no reino da perfeição, na Assembleia Legislativa, há um contingente de 126 policiais. E o Presidente da Casa ainda disponibiliza policiais para gabinetes de deputados. Representei, no Ministério Público, para que se faça uma suspensão disso que entendo ser um ato de improbidade administrativa. Mas continuei encarecendo ao bom senso, ao compromisso público dos deputados que têm policiais nos seus gabinetes, para que, em nome do interesse público, em nome da segurança da população, devolvam esses policiais para a sua atividade original.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Itamar Borges.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre Deputado José Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vítor Sapienza. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado João Antonio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, assomo à tribuna, de certa forma, até constrangido. Carço mea-culpa porque, no Rio de Janeiro, assassinaram Carlos Eduardo Mendes de Jesus, 32 anos, músico, filho do coreógrafo Carlinhos de Jesus. Dois homens em uma moto atiraram no Carlos Eduardo, durante a madrugada, dois dias atrás, quando ele saía de um bar. Foram oito tiros.

Eu me sinto até impotente diante de um quadro como este. Meu caro Deputado Itamar Borges, estivemos com o Governador Anthony Garotinho quando ele ainda pertencia ao PMDB, num almoço no Hotel Jaraguá, perto da Câmara Municipal de São Paulo no centro de São Paulo. Na ocasião, quando ainda era vereador, disse a ele "Governador, o Rio de Janeiro está mergulhado num grau de violência sem precedentes. É muito ruim à cidade maravilhosa, que atrai tantos turistas." Disse-lhe que havia vários projetos de lei em São Paulo, de minha autoria, e que o conjunto dessas leis é, na verdade, a Tolerância Zero. Perguntei "Por que o senhor não aplica essas leis que temos em São Paulo e dar ao Rio de Janeiro um pouco de sensação de segurança ao povo? E assim continuar atraindo turistas, nacionais e internacionais?" Ele respondeu "Vereador, você pode enviar esses projetos para mim?" Enviei-lhe, assim, todos os projetos de lei, inclusive o da Moto Sem Garupa. Naquela oportunidade disse ao Governador que o capacete vira uma máscara, pois os marginais escurecem o visor, ou usam-no espelhado, de tal modo a dificultar o reconhecimento. Disse-lhe ainda "A moto é muito rápida. Ela é usada em Cali e Medellín para assassinar as pessoas na guerra do narcotráfico." O prefeito local então proibiu o uso da garupa, ocorrendo o mesmo em Bogotá e em várias cidades italianas e espanholas.

Houve então preocupação dos governantes para proibir a garupa de moto. Infelizmente, eu ainda não consegui isso em São Paulo durante todos esses anos. Há mais de uma década tenho lutado para que seja retirada a garupa por um período de seis meses, ou um ano, em caráter experimental. Assim, o filho do nosso Governador Geraldo Alckmin, Thomas, talvez não tivesse sido assaltado, na Marginal Pinheiros, em plena luz do dia; o mesmo com o ministro Melo, que foi assaltado em Congonhas. No dia 12 de novembro, há nove dias, um vigilante que estava trabalhando e estava dentro do carro estacionado, próximo ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi, recebeu ordem para sair do carro. Aí mandaram ele tirar o colete à prova de balas, depois que ficasse de joelhos. Aí eles atiraram na sua cabeça.

Isso ocorre porque os marginais se sentem impunes estando com uma moto, que é rápida, e usando capacetes - ninguém os reconhece. Na sexta-feira passada, um contabilista de 43 anos voltava do seu trabalho pela Marginal Pinheiros. De repente, ele foi assaltado. Os assaltantes mandaram-no correr. Na fuga, ele foi atropelado por um Honda Civic cinza, e depois por uma van. Era de manhã, por volta das nove, nove e meia.

Tudo isso é muito triste. São fatos que poderiam ser evitados se tivéssemos aprovado este projeto que está tramitando nesta Casa. Quero dizer a todos os deputados que esta Casa de Leis pode aprovar uma lei que vai salvar vidas, que vai ajudar a todos nós termos incentivo para pouco mais de segurança e darmos exemplo a outras cidades.

Tivemos, por exemplo, em Campinas, a suspeita de quem matou o Toninho, prefeito de Campinas, estava na garupa de uma moto. Há inúmeros casos como da Preta Gil, Luciano Huck que, felizmente, não foram assassinados.

Termino a minha fala agradecendo a Deus por esta oportunidade na tribuna. Tenho a esperança de que esta Casa vote, o mais rápido possível, o projeto de lei da moto sem garupa para trazermos um pouco mais de segurança para a nossa cidade e para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - PMDB - Tem a palavra a nobre Deputada Regina Gonçalves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Roque Barbiere. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Gerson Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Capez. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Rui Falcão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Itamar Borges. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado José Cândido. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Carlião Pignatari. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Adriano Diogo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Donisete Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste, a "Folha de S.Paulo" publicou no último dia 19 que a Justiça afastou o presidente do Metrô por conta das irregularidades da Linha 5, a Linha Lilás, da região Sul onde moro e também o Deputado Carlos Giannazi. Infelizmente, quem sofre com isso é a população dessa região.

Há muitos anos que pedimos e aguardamos a construção do metrô. Essa região começou errado desde a época de Mário Covas. Quando ele construiu um pedaço de metrô, que começava no Capão Redondo e terminava no Largo 13, foi batizado de "metrô que não chegava a lugar nenhum".

Naquela época, já questionávamos por que construir o metrô num bairro da Zona Sul de São Paulo até o Largo 13, e que não tinha ligação com mais nada, nem com o trem da CPTM, nem com outra linha do metrô.

Depois de muito tempo, a população cobrando, os parlamentares cobrando, veio a licitação dessa Linha 5 que está causando muitos problemas porque o Governo do Estado de São Paulo errou. Diferentemente de outras linhas, ele adotou um método que só poderia dar nisso que deu. A "Folha de São Paulo", seis meses antes, denunciou quem iria ganhar os lotes.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

O que o Governo fez? Ele colocou que dos oitos lotes dessa licitação quem ganhasse um lote não poderia concorrer com os demais lotes. O que aconteceu? Uma empresa ganhou o primeiro lote, depois não pode mais concorrer aos demais, a segunda, terceira, quarta, assim por diante. Isso fez, obviamente - e essa foi a denúncia -, com que houvesse um acordo entre os concorrentes e levasse o preço tirando o primeiro lote dos demais lotes.

Para se ter uma ideia, o primeiro lote uma empresa ganhou no valor de 304 milhões e o segundo lote em diante ficou na faixa de 327 milhões. Por quê? Porque quem tinha um preço mais baixo, como tinha ganho os outros lotes, automaticamente ficou fora da licitação. Um método totalmente equivocado que só podia dar no que deu: o Ministério Público embargou as obras. O Governador recorreu. Depois de um período de paralisação das obras, prejudicando a população, prejudicando a região, o Governo retomou as obras ignorando as denúncias da "Folha de S.Paulo" e a decisão do Ministério Público.